

NOTAS DE ABERTURA



Debate Nacional sobre
Educação

Júlio Pedrosa¹

A Assembleia da República mandou o Conselho Nacional de Educação para organizar o Debate Nacional sobre Educação (DNE), uma iniciativa promovida conjuntamente pela Assembleia da República e pelo Governo para comemorar os 20 anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) assumiu esta responsabilidade com o maior empenho e agrado, estruturou o programa do Debate e envolveu um importante número de Conselheiros na sua concretização. Assim se correspondeu à confiança que os promotores quiseram depositar no Conselho e à adesão do Plenário do CNE quando se pronunciou sobre o sentido e alcance de um Debate Nacional sobre Educação.

O CNE é um órgão autónomo que acolhe no seu seio vozes que representam um variado leque de interessados pela Educação. A constituição da Comissão Organizadora do Debate, a concepção do seu programa e a condução das actividades reflectem, naturalmente, aquelas visões.

A Assembleia da República, através da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e o Governo associaram-se a várias iniciativas e procuraram acompanhar o seu desenvolvimento. Creio que serão poucas as ocasiões, se algumas houve, em que se tenha observado uma tão alargada e diversa expressão de preocupações, anseios e pontos de vista sobre a Educação, no nosso País. O DNE constitui, pois, um modo digno e significativo de comemorar 30 anos sobre a aprovação da Constituição da República Portuguesa e o vigésimo aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo.

“Como vamos melhorar a Educação nos próximos anos?” Esta foi a estimulante pergunta que atravessou o Debate e que mobilizou um alargado e representativo leque de portugueses. Na verdade, as últimas décadas significam grandes mudanças políticas, sociais e económicas, com fortes impactos no campo da educação e, mais particularmente, na educação escolar. Pela primeira vez na nossa história cumprimos o objectivo de proporcionar educação básica de nove anos a todas as crianças, uma meta fundamental a

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação

que tantos portugueses deram o seu melhor. O atraso educacional de que se partiu era tal que, apesar de se ter expandido a frequência da educação pré-escolar e dos ensinos secundário e superior, há ainda largo campo de acção a exigir muito de nós. Construiu-se um parque escolar mais moderno e o investimento público em Educação aumentou de modo muito significativo. A diversidade social, étnica, linguística, cultural está hoje bem presente nas escolas. A democracia instituiu-se e alarga-se a percepção de que a Educação é o mais sólido suporte ao desenvolvimento de Portugal.

O Debate Nacional sobre Educação surge num contexto em que, volvidos estes anos, subsistem problemas e impasses a que ninguém deve ser indiferente. A sua superação exige esforços de tal monta que só a mobilização das energias dos cidadãos e das instituições lhes poderá responder. Falamos da condição cultural geral, do insucesso e do abandono escolar prematuro e desqualificado, do baixo nível de qualificações da população adulta e da deficiente preparação de muitos jovens que entram no mercado de trabalho. Não se ignora a persistência de enormes desigualdades sociais e geográficas, do ainda insuficiente investimento em educação básica, ensinos secundário e superior e investigação, dos insatisfatórios resultados alcançados por várias reformas, de contextos que requerem políticas e modos de agir cada vez mais exigentes.

Entretanto, os nossos parceiros europeus desenvolveram muito os seus sistemas educativos e alcançaram já patamares de qualidade muito acima dos que nós conseguimos atingir. A economia europeia, que pretende ser “a mais competitiva do mundo, baseada no conhecimento”, tal como apontou a “Estratégia de Lisboa”, em 2000, é um desafio que obriga a um redobrado e urgente esforço na clarificação de metas, em mudanças nos processos de trabalho, na redefinição de prioridades e na mobilização dos actores sociais. Os objectivos inscritos no Programa Educação e Formação 2010, com que nos comprometemos, as crescentes exigências de uma Europa alargada e da competitividade mundial, em que a persistente debilidade da nossa economia é mais visível, só reforçam o carácter essencial de uma orientação política e estratégica assente na melhoria da Educação, da Cultura e da Qualificação dos Portugueses.

O Debate Nacional sobre Educação interessou pessoas e organizações. Surgiram iniciativas de norte a sul do País e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, promovidas pelas mais diversas entidades: jornais regionais, rádios, instituições de ensino superior e científicas, autarquias, organizações não governamentais, associações de estudantes, pais e encarregados de educação, professores, escolas e agrupamentos de escolas, organizações sindicais e profissionais, associações empresariais e culturais. Os contributos recolhidos permitiram identificar as questões críticas mais prementes, que são uma importante base para propor uma estratégia nacional de melhoria da Educação em Portugal.

O Conselho Nacional de Educação não deixará de seleccionar as questões que merecem aprofundamento do debate, de reflexão e estudo, para, no âmbito da sua Missão, contribuir para o fim último do DNE – “Melhorar a Educação em Portugal nos próximos anos”. Este esforço justifica-se tanto mais quanto é certo que o CNE acolheu com grande entusiasmo a ideia proposta de um Debate Nacional sobre Educação desde o primeiro momento em que tal iniciativa lhe foi apresentada. Oxalá tenhamos todos a capacidade para usarmos estas fontes de inspiração em prol do desenvolvimento da Educação no nosso País.

A Comissão Organizadora do Debate e todos quantos nele se empenharam são credores do nosso reconhecimento e aplauso. Creio que este livro ficará como o espelho do que se fez e da invisível capacidade que existe em Portugal para pensar e mudar a Educação.

O Conselho Nacional de Educação enquanto sede de debate plural, aberto, sereno e responsável assume que esta matriz, conhecida e reconhecida através da emissão de múltiplos pareceres e recomendações, enformará os resultados do Debate e continuará disponível e atento aos contributos, sugestões e iniciativas de todos quantos queiram continuar a participar.

Faremos o nosso trabalho com sentido do interesse público, sabendo que continuaremos a contar com a colaboração empenhada dos Conselheiros, Assesores e Técnicos que devotaram ao Debate um esforço incedível e uma vontade de bem servir.

O livro continuará a ser um aliado precioso, insubstituível da educação. Esta publicação do Relatório do Debate Nacional sobre Educação, que encerrámos em 6 de Março de 2007, é, pois, o melhor modo de continuarmos a ter presentes os resultados daquela singular iniciativa junto de quem, verdadeiramente, se interessa pelo futuro da Educação no nosso País.

A sociedade portuguesa, no termo do Debate desencadeado pela Assembleia da República, esperará, naturalmente, ver decisões atempadas, envolvimento político de todos os intervenientes, consensos sobre várias matérias essenciais à melhoria da Educação em Portugal. O foco da melhoria da Educação deve incidir, por tudo isto, em melhor acção social e política, na co-responsabilização dos actores. A par dos Governos, a Assembleia da República está, assim, no centro das rupturas que é preciso provocar, nos próximos anos, para melhorar a Educação.

Manuel Miguéns²

O Conselho Nacional de Educação dispõe de uma pequena estrutura de apoio à actividade do seu Presidente e dos Conselheiros. Uma equipa pequena, mas flexível, experiente e qualificada que garante, com disponibilidade e empenho, todo o funcionamento do Conselho. O apoio à preparação de Pareceres e Recomendações, a organização de Seminários e Conferências, o acompanhamento das Comissões, a audição de responsáveis da Administração ou de especialistas nas matérias em apreço e a edição de publicações são tarefas da assessoria técnica e administrativa do CNE que tenho a honra de coordenar.

Quando em Setembro de 2005, apenas um par de meses após a sua posse, o Presidente do Conselho Nacional de Educação me coloca a possibilidade de se promover um Debate Nacional sobre Educação, de imediato nos disponibilizámos para enfrentar um desafio enorme que viria a exigir muito da assessoria do Conselho, mas que todos estávamos dispostos a levar por diante.

Depois de discutir a ideia em sede da Comissão Coordenadora, o Presidente do CNE apresentou-a na Sessão Plenária de Outubro de 2005, recolhendo, então, a generalizada aceitação dos Conselheiros. Já em Novembro, chegamos os ecos do bom acolhimento da ideia junto do Presidente da República, da Assembleia da República e do Governo.

Em Janeiro de 2006, a Assembleia da República aprovou por unanimidade a Resolução nº 4/2006 em que decide promover, conjuntamente com o Governo, um debate nacional sobre educação, e mandar o Conselho Nacional de Educação para a organização do referido debate. O CNE recebeu este mandato com o maior apreço, dada a confiança demonstrada e, desde logo, se preparou para, de forma independente e autónoma, organizar um debate de cariz nacional, democrático, aberto e participado, voltado para o exterior, capaz de envolver a sociedade, tendo em vista a identificação de medidas conducentes à melhoria da educação.

² Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Iniciou-se então um longo processo de preparação. Com base na sua Comissão Coordenadora e por cooptação dos Conselheiros, o Conselho constituiu a Comissão Organizadora do Debate Nacional sobre Educação. Toda a equipa de assessoria trabalhou, então, em estreita ligação com a Comissão Organizadora do Debate. Embora temporariamente, foi necessário reforçar a equipa em áreas carenciadas, como sejam a comunicação social, a administração de conteúdos na Internet, a organização e métodos ou a área jurídica. Prepararam-se os primeiros passos, nomeadamente, a criação da imagem, da marca do DNE, e a abertura de um portal na Internet.

A sessão pública de lançamento do Debate Nacional sobre Educação decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, contou com a participação do Presidente do Parlamento e do Primeiro Ministro, com uma intervenção de fundo do Professor António Nóvoa. No dia 2 de Maio de 2006, iniciava-se, assim, na Assembleia da República, a caminhada de quase um ano de extraordinária actividade.

Qualquer cidadão ou organização podia assumir uma iniciativa. O CNE assegurava a divulgação, apoiava, disponibilizava materiais de promoção e procurava garantir a presença de um Conselheiro, do Coordenador da Comissão Organizadora do DNE ou do Presidente do Conselho. A par disso, o CNE lançava as suas próprias iniciativas, ouvia individualidades, solicitava contributos e depoimentos, estimulava o debate, geria as participações no portal do DNE, recolhia e tratava os relatórios e outros documentos que lhe chegavam diariamente.

Em Janeiro de 2007, tinha-se realizado cerca de centena e meia de iniciativas, seminários, colóquios, debates, conferências e encontros, organizados por 150 entidades diferentes, em todos os distritos do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos quais participaram cerca de 9000 pessoas que ouviram e dialogaram com mais de 500 oradores.

Para além do próprio CNE, muitas outras entidades e instituições promoveram debates por todo o País – Municípios e Conselhos Municipais

de Educação, Sindicatos, Associações Empresariais, Instituições de Ensino Superior Universitário e Politécnico, órgãos de Comunicação Social, Organizações Não Governamentais, Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, Conselho de Laboratórios Associados, Associações de Professores, Associações Regionais de Municípios, Associações de Juventude, Associações de Estudantes, Escolas Básicas e Secundárias, Escolas Profissionais, Centros de Formação de Professores, Associações Cívicas de Cidadãos, Associações de Escolas, Associações de Deficientes, Centros de Investigação, Direcções Gerais da Administração Central.

Os serviços do Conselho garantiram o apoio a estas iniciativas, enviaram mais de 30 000 cartas e convites, remeteram cerca de 80 000 mensagens de correio electrónico, recolheram mais de 100 depoimentos. Entretanto, o sítio do DNE, www.debatereducacao.pt, no qual ainda hoje pode ser consultado o acervo do Debate, teve 85 000 visitas e lançou um inquérito *on-line* aos jovens que mereceu mais de 2000 respostas.

Para melhor fundamentar o trabalho, foi decidido promover a realização de estudos, nomeadamente, sobre os contributos da investigação em ciências da educação nos últimos 20 anos - *A Educação em Portugal (1986-2006) – Alguns contributos de investigação*, sobre o desempenho do sistema - *INSISTE - Indicadores do Sistema Educativo Português (1986-2006)* e sobre o percurso e evolução da Lei de Bases - *Lei de Bases do Sistema Educativo 1986-2006 – Linhas para uma revisão da Lei*.

Não se espera que o debate tenha terminado com o encerramento das actividades específicas do Debate Nacional sobre Educação e deve anotar-se que, após a entrega formal do Relatório do DNE, em 6 de Março de 2007, a Assembleia da República dedicou uma parte da reunião plenária de 29 de Março de 2007 a analisar e debater as conclusões e recomendações do DNE. Além disso, o próprio Conselho tem procurado fazer o que se poderá chamar o *follow-up* do Debate Nacional sobre Educação. Desde logo, através da edição em livro dos principais documentos produzidos no seu âmbito.

O presente Relatório é, porventura, a principal publicação desta série que ostenta a chancela do DNE, mas seguem-se os estudos acima referidos, os seminários e *workshops* realizados no contexto da Área 4 do DNE “Aprendizagem ao Longo da Vida”, as audições públicas com personalidades convidadas pelo CNE, os seminários “Motivação dos Jovens Portugueses para a Formação em Ciências e Tecnologia”, “Equidade na Educação: Prevenção de Riscos Educativos”, “Governo e Gestão das Organizações Escolares”, “Estatuto Legal das Instituições do Ensino Superior – autonomia, responsabilidade e governança”.

Por outro lado, a preparação da agenda de trabalho do Conselho para 2008 tem como referência as conclusões do DNE. Refira-se, a título de exemplo, o seminário e *workshop*, realizados em Dezembro de 2006, sobre “Estrutura e Organização da Educação de Infância e Básica” que deram origem a um estudo aprofundado que está em curso, com a participação de investigadores e especialistas de diversas áreas, mediante Protocolo celebrado com a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, cuja conclusão se prevê para o primeiro semestre de 2008.

Este Relatório, que agora se edita em livro e que havia já sido publicado em suporte electrónico, é o resultado das reflexões do CNE, em particular da Comissão Organizadora do Debate Nacional sobre Educação, coordenada pelo Prof. Doutor Joaquim Azevedo, sobre as múltiplas e diversificadas intervenções, contributos, discussões e sugestões geradas nas centenas de iniciativas realizadas por todo o país. E sintetiza as principais linhas de força do Debate, as questões críticas identificadas e algumas propostas que, a meu ver, poderão contribuir para a melhoria da educação em Portugal.

Concretizado o desafio, cumpre expressar público reconhecimento a todos os colaboradores do Conselho pela sua dedicação e empenhamento que muito contribuíram para o cumprimento deste relevante mandato que a Assembleia da República outorgou ao Conselho Nacional de Educação.

O presente Relatório Final do Debate Nacional sobre Educação é o resultado de um árduo trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Educação e de uma intensa participação social no debate das múltiplas faces da problemática educacional. Após oito meses de Debate Nacional, sob o impulso de uma equipa que teve o gosto e a honra de coordenar e com o precioso e muito atento apoio do Presidente, do Secretário-Geral e de toda a equipa do CNE, o Relatório Final foi aprovado por unanimidade, em sessão plenária, a 13 de Fevereiro de 2007.

O Debate, uma oportunidade e uma aventura apaixonantes, decorreu ao longo de todo o país, impulsionado por um documento de referência, em que se propunham cinco grandes áreas para debate, a saber: (i) educação e cidadania; (ii) qualidade e equidade em educação; (iii) escolas, professores e outros profissionais; (iv) aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego; (v) ciência, investigação e desenvolvimento educativo. Para cada uma destas áreas foram elaboradas quatro ou cinco perguntas para o debate. A estas acrescia uma área aberta, susceptível de acolher outros contributos e de concretizar as sugestões (que metas e que medidas para melhorar a educação nos próximos anos). Para desencadear um Debate realmente alargado e participado, a Comissão Coordenadora do DNE elaborou ainda um conjunto de seis textos de apoio a cada um destes grandes temas.

O Debate teve sempre um foco muito claro, enunciado através de uma pergunta: como vamos melhorar a educação nos próximos anos, tendo em vista construir um Portugal mais moderno e mais justo?

Chegaram-nos ecos escritos da realização de cerca de 150 debates, nos quais intervieram, como oradores convidados, mais de 500 pessoas, tendo sido envolvidos perto de 10.000 cidadãos portugueses interessados nas questões da educação. As iniciativas decorreram em 70 concelhos de todos os distritos do Continente e das Regiões Autónomas. Realizaram-se três estudos

³ Coordenador da Comissão Organizadora do Debate Nacional sobre Educação

de apoio à realização do Debate. O CNE recolheu ainda mais de uma centena de depoimentos e de contributos de personalidades e de instituições sociais. Foi lançado, por via electrónica, um questionário aos jovens estudantes, ao qual responderem 2.900 alunos. Foi criado um sítio do DNE na Internet (www.debatereducacao.pt), o qual mobilizou uma participação significativa de cidadãos, através da participação em Foruns de debate por áreas temáticas, embora esta tivesse ficado aquém das estimativas iniciais. O CNE enviou ainda cartas e mensagens electrónicas a mais de 100.000 destinatários.

Toda a riqueza presente neste grande acto cívico de participação política alargada tinha de ser espelhado do modo mais fiel possível no Relatório Final. Optamos, por isso, por organizar este Relatório em duas versões: uma, em papel, com um reduzido número de páginas, dedicado à reflexão e à síntese, que apresenta as principais linhas de força e conclusões do Debate Nacional (a presente versão) e uma outra, em formato digital, assente no mesmo texto base, mas remetendo sistematicamente para os contributos das centenas de pessoas e instituições que nos fizeram chegar os seus textos. Consideramos que, deste modo, damos a conhecer a diversidade de pontos de vista, as clivagens ideológicas e as diferentes perspectivas sobre o modo de melhorar a educação que estão hoje presentes na sociedade portuguesa.

O Relatório apresenta como subtítulo “Novos compromissos sociais pela educação”, uma espécie de réplica ao título “Como vamos melhorar a educação em Portugal”. Como seria de esperar, esta resposta tem um especial significado: ela, resume, a meu ver, a tónica dos esforços que o país precisa de empreender nos próximos anos para melhorar a educação dos portugueses. Não basta prosseguir nos modelos, em boa parte esgotados, de reformas concebidas e conduzidas do centro para a periferia (as escolas), supostamente iluminadas com todas as soluções pré-formatadas, aptas a resolver todos os problemas que enfrentamos. Ficou ainda mais claro, no termo deste Debate, que a melhoria efectiva da educação só se poderá continuar a promover com base numa ampla participação social (alguns falam mesmo de mobilização de todos os actores sociais, em todas as localidades) e que há centenas de actores sociais disponíveis, de norte a sul do país, para essa participação activa. Assim

haja espaço político para tal e empenhamento da elite dirigente em percorrer estoutro caminho: chega de palavras redondas e de malabarismos verbais ou estatísticos, precisamos de novos compromissos sociais para melhorar a educação dos portugueses, prosseguindo a orientação de algumas iniciativas que já estão em curso. A questão da melhoria é pois uma questão política de primeira importância para um futuro com mais justiça e solidariedade e com mais e melhor desenvolvimento social.

O presente Relatório começa com uma síntese dos contributos do Debate, agregada em dezasseis pontos. O corpo principal do documento inicia-se com um muito breve balanço da evolução do sistema educativo português nos últimos vinte anos (1986-2006), que dá conta do muito que avançámos e do muito que temos ainda para fazer. Segue-se um sumário que contém as principais linhas de força do Debate. De seguida, apresentam-se as sínteses dos contributos do Debate, área por área, realizadas pelos coordenadores de cada uma das áreas em que o Debate tinha sido organizado, acima referidas. Finalmente, o Relatório propõe um outro olhar mais global e transversal acerca do Debate, onde se destacam as principais questões críticas evidenciadas, bem como os modos sugeridos para ultrapassarmos as dificuldades que subsistem.

Dado o modo de construção do Relatório, a sua leitura revelará a repetição de algumas ideias-chave, o que entendo ser adequado, pois é a melhor maneira de sublinhar, a várias vozes e em diversos momentos, os principais caminhos que temos por diante para melhorar a educação, nos próximos anos. Como seria expectável, este Relatório não pode apresentar um ponto de vista único, nem sobre os problemas nem sobre o modo de os solucionar. O CNE apresenta os vários pontos de vista em confronto, procurando deixar claras as principais tendências que resultam da livre manifestação das opiniões e dos interesses em presença. Por outro lado, dada a orientação assumida do Debate Nacional - como vamos melhorar a educação em Portugal, nos próximos anos - nem todos os contributos recolhidos, que certamente interessam à educação, interessam a este Debate e são recolhidos neste Relatório.

Espero que a leitura do Relatório Final, agora em versão impressa, após a divulgação massiva da versão digital, constitua uma nova oportunidade quer para prosseguir os debates que não terminaram (nem terminarão, envolvidos que estamos em mutações sociais tão aceleradas), quer para dar novo alento a todos os actores sociais que têm de meter mãos à obra, sem medo e em liberdade, para melhorarmos a educação dos portugueses. Este desiderato continua a ser, mais de trinta anos após a conquista da democracia, a prioridade entre todos os esforços em prol do desenvolvimento.